



Parente: dívida junto ao governo

Governo vai socorrer estados

Sandro Silveira
Da equipe do **Correio**

O governo deve abrir seus cofres para ajudar estados e municípios a pagarem dívida de R\$ 2,894 bilhões que têm junto aos bancos, principalmente privados.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, afirmou que a solução para o pagamento dessa dívida "passa

necessariamente por quitá-la junto ao setor privado para que ela fique com o governo federal".

O prazo máximo que os bancos podem conceder é de um ano e, conforme o ministro da Fazenda, Pedro Malan, cobrando juros médios próximos a 5,5% ao mês.

Pela proposta do governo, os estados passarão a dever a União, que cobrará juros mais baixos e dará prazos mais longos do que os

definidos junto aos bancos.

O objetivo do governo é desafogar as finanças dos estados, mergulhadas em dívidas e gastos com o funcionalismo público elevados. A ajuda federal não será muito grande.

Malan, porém, observou que a decisão de ajudar aos estados e municípios não está fechada. As negociações já duram quase 60 dias. Será "preciso contraparti-

das", lembrou o ministro.

Restrições — O governo deseja que eles liquidem parte da dívida junto aos bancos e aceitem restrições rígidas para as operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

É por meio dessas operações que estados e municípios conseguem empréstimos junto aos bancos. Eles oferecem a arrecadação futura de ICMS, por exemplo, co-

mo garantia de pagamento.

Estas são as contrapartidas chamadas "econômicas". Politicamente, há o compromisso de apoio de governadores e prefeitos às reformas constitucionais propostas pela União.

Entre elas está a administrativa, que permitirá a redução dos gastos com a folha de pagamento dos funcionários públicos.